

Candidatura presidencial causa briga no plenário

BRASÍLIA — A eventual candidatura do Deputado Ulysses Guimarães à sucessão do Presidente José Sarney provocou uma briga na sessão de ontem da Constituinte. O Senador João Menezes (PFL-PA) previu a derrota do PMDB no pleito, mas o Deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) reagiu, mandando que Menezes procurasse o médico de plantão na Casa.

— Se eu estiver doente, é por fazer parte deste circo — rebateu Menezes, irritado.

O Senador era muito ligado a Ulysses quando este presidia o MDB, mas tomou outro caminho político ao seguir Tancredo Neves, na criação do PP. Depois, filiou-se ao PFL, ainda que mantendo boas relações pessoais com o Presidente da Constituinte. Já Heráclito Fortes é, há vários anos, amigo íntimo de Ulysses.

Menezes previu a derrota de Ulysses ao tentar provar sua tese de que o próprio PMDB votará por um mandato de cinco anos para o Presidente Sarney. "Ulysses não tem condições de levar o partido à vitória, caso as eleições se realizem este ano, e o PMDB sabe disso", afirmou.

Maciel abre hoje reunião do PFL-PE no sertão

RECIFE — O Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, abre hoje, no Município de Custódia (a 350 km da Capital), o 9º Encontro Regional do Partido, que tem como principal finalidade acelerar a sua organização em todo o Estado. Estarão presentes lideranças de dez Municípios sertanejos, Deputados federais e estaduais, Prefeitos e Vereadores do PFL.

Depois da abertura, será dada a palavra às lideranças. Nos encontros anteriores, as bases pefelistas se mostraram majoritariamente favoráveis ao rompimento com o Governo federal e à realização de eleições presidenciais este ano.

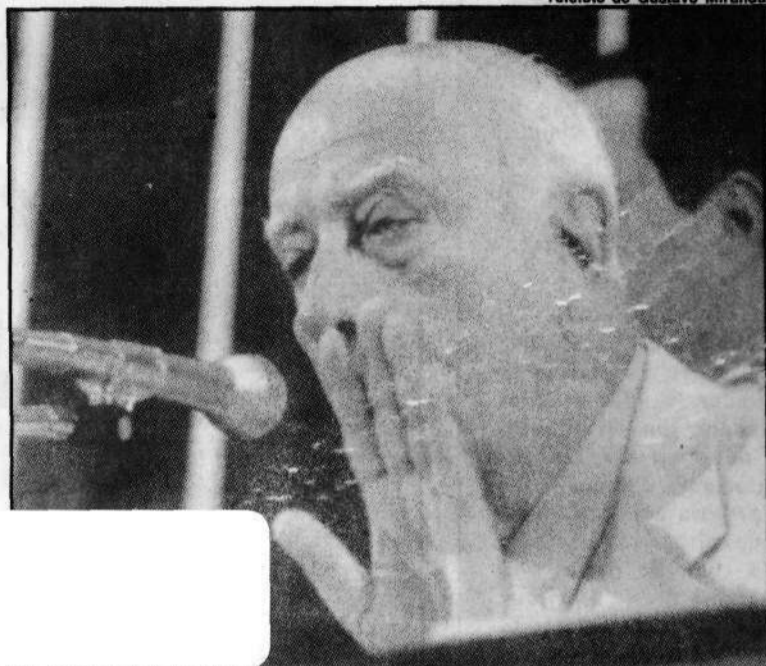
Das grandes lideranças estaduais do PFL, apenas Marco Maciel comparecerá. O Deputado federal Joaquim Francisco tem dado sucessivas demonstrações de que está mesmo decidido a abandonar o PFL para se juntar ao ex-Governador Roberto Magalhães, que deverá ingressar no PTB. O sinal mais evidente dessa sua disposição foi o fato de não ter participado das convenções municipais do PFL, no domingo passado.

Constituinte não vota propriedade do subsolo

BRASÍLIA — Sem acordo de lideranças, a Constituinte não conseguiu votar ontem a definição da propriedade do subsolo. O substitutivo do Centrão, que exclui o subsolo e os recursos minerais do monopólio da União, volta a ser apreciado na sessão de hoje. Apesar da presença em plenário de 337 Constituintes, mais uma vez verificou-se que, sem entendimento prévio, nenhum grupo consegue maioria nas questões polêmicas.

Apenas 53 Constituintes votaram a favor da emenda do Centrão, pois o grupo mais uma vez utilizou a estratégia do não comparecimento, certo de que não haveria 280 votos para derrubar o substitutivo, conforme exige o Regimento. De fato, foram registrados 255 votos contrários e 29 abstenções. A matéria volta à pauta hoje e, se novamente não tiver quorum para deliberação, o substitutivo será considerado prejudicado, entrando na Ordem do Dia o texto da Sistematização.

Já na saída do plenário, as lideranças reiniciaram as negociações, tendo como base a proposta encaminhada pelo Deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), do Centrão. A sugestão retira o subsolo dos bens da União, mas mantém os recursos minerais, que teriam sua exploração regulamentada no Artigo 205, parágrafo terceiro, no Título referente à Ordem Econômica, assegurando ao concessionário da lavra propriedade para comercialização. O objetivo do Centrão é evitar que o Estado passe a con-



Telefoto de Gustavo Miranda

Ulysses tenta agilizar os trabalhos, mas a falta de acordo atrapalhou

trolar o setor de mineração da mesma forma como, através da Petrobrás, age na exploração do petróleo e seus derivados.

Outra proposta foi apresentada pelo Deputado Octávio Elísio (PMDB-MG), que defende a manutenção do subsolo entre os bens da União, mas colocando-o no mesmo inciso em que estão os recursos minerais e hidráulicos. Desta forma, ficaria assegurado que o Estado só poderia reivindicar a propriedade quando o sub-

solo tivesse valor econômico. Para o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos coordenadores do Centrão, a solução seria substituir o termo propriedade por soberania.

Ainda na sessão de ontem, o Deputado Messias Soares (PTR-RJ) apontou como subsídio importante para a tomada de decisão sobre o assunto o artigo do professor Gastão Alves de Toledo, publicado na edição do GLOBO de 4 de março.

Para Ulysses, sistema de governo não terá acordo

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, não vê possibilidade de acordo para a votação do sistema de governo, no Título da Organização dos Poderes. Segundo ele, "este será um tema que não vai escapar da disputa pelo voto".

Esta é também a opinião de quase todos os Constituintes, tanto presidencialistas quanto parlamentaristas, que usam táticas diferentes para conseguir a maioria dos votos. Os que defendem o parlamentarismo continuam seu trabalho didático, explicando, através de uma cartilha e de muita conversa ao pé do ouvido, a proposta que tem por base a emenda do Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE). Mas guardam como reserva estratégica o texto da Comissão de Sistematização.

Os presidencialistas fizeram ontem nova reunião no gabinete do Presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), e nomearam o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE), relator de um texto que seja a fusão de todas as emendas que propõem a manutenção do atual sistema de governo. Eles querem ampliar as prer-

rogativas do Congresso no intuito de obter o maior número de votos possível. Maciel disse que vai fazer "uma emenda composta da maioria silenciosa" e apresentá-la na terça-feira, quando o grupo voltará a se reunir.

Os presidencialistas pretendem incluir a figura do Primeiro-Ministro no texto-base do Senador Humberto Lucena, estabelecendo que sua escolha obedeceria às disposições previstas na proposta do Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP). Assim, tanto a escolha quanto a exoneração do Primeiro-Ministro seriam competência do Presidente da República, que continuaria como 'Chefe de Estado e de Governo'.

A idéia é de que o Primeiro-Ministro seja um auxiliar do Presidente e co-responsável pela política geral de Governo. Entretanto, essa co-responsabilidade, que Manoel Moreira chama de "presidencialismo parlamentarizado", é limitada. Ele pode convocar a reunião do Conselho de Ministros, mas os planos de Governo, por exemplo, são traçados com a supervisão do Presidente da República e submetidos ao Congresso.

Ontem, na sala de espera do ga-

binete do Deputado Ulysses Guimarães, os debates entre parlamentaristas e presidencialistas demonstravam o que deverá ser a votação da matéria. O Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), presidencialista, teve uma acirrada discussão com os Deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Irajá Rodrigues (PMDB-RS), de convicções parlamentaristas diferentes.

Maurílio observou que ao transferir o parlamentarismo para os Estados e Municípios "a roubalheira será tanta que o País ficará ingovernável". Segundo ele, os Constituintes foram eleitos para o trabalho constitucional e "não para usurpar o poder". Para Cid Carvalho, o importante "é resolver a crise política, o resto é filigrana". Irajá Rodrigues argumentou, por sua vez, que Maurílio dava um voto de descrédito ao próprio Congresso e ao País por não confiar em Deputados estaduais e Vereadores.

— Ninguém em sã consciência e honradez seria Primeiro-Ministro com este Congresso que está aí. Seria uma eterna troca de favores e pressões por interesses puramente pessoais. Eu conheço esta Casa — rebateu Maurílio.